



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , de 2021

(Do Senhor Waldenor Pereira)

Requer a realização de Audiência Pública,
para discutir a Reforma Administrativa (PEC 32 /
2020) e suas repercussões nos serviços públicos.

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC Nº 32/2020 em tramitação na presente Casa Legislativa.

Solicito sejam convidados(as):

- I- Rita Josina, Diretora – Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB).
- II- Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- III- Senhor Fausto Augusto Júnior, Diretor Técnico do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- IV- Márcia Abreu, Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades brasileiras (FASUBRA);
- V- George Alex Lima de Souza, Diretor parlamentar do Sindifisco Nacional (entidade sindical representativa dos Auditores-Fiscais da Receita Federal).

JUSTIFICATIVA

A PEC 32/2020 da Reforma Administrativa enviada pela Presidência da República ao Congresso Nacional propõe, para além da modificação da estrutura do serviço público nas três esferas, uma profunda alteração na estrutura e no papel do Estado brasileiro. Transformando a atual Constituição Cidadã em uma Constituição liberal orientada para o mercado.

A PEC é fundamentada em estudos do Banco Mundial que indicam o engessamento do gasto público com pessoal, aí incluídas a folha de pagamento e a previdência social. Não



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Waldenor Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216610738500>



* C D 2 1 6 6 1 0 7 3 8 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

obstante, como aponta a Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado Federal, a PEC não estabeleceu nenhuma espécie denexo de causalidade entre as distorções identificadas e as propostas encaminhadas no texto apresentado.

Apresentada como uma modernização para a contratação do setor público, a Reforma Administrativa traz consigo uma agenda de precarização na administração e dos serviços públicos. A reforma, pouco debatida, propõe suspender concursos, constranger garantias orçamentárias previstas na Constituição, arrochar salários dos servidores, mesmo deixando de lado o topo do funcionalismo público. Em andamento, portanto, um profundo processo de desmonte do Estado brasileiro. Com estas avaliações, a Reforma precisa ser fortemente esclarecida e debatida na sociedade.

O Governo vem justificando que os servidores públicos e, de maneira expressiva, os servidores da educação e da saúde representam um grande peso para a folha de pagamento da União e, portanto, antes de serem tratados com a importância devida na sociedade, são tratados como obstáculos, inimigos.

Dessa forma, o presente requerimento tem por objetivo propiciar o necessário espaço para que as Entidades Civis Organizadas e representantes dos servidores públicos nacionais possam participar do presente debate e trazer as informações necessárias à instrução dos membros desta Comissão.

Sala da Comissão, 15 de maio de 2021.

Deputado **WALDENOR PEREIRA**
PT-BA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Waldenor Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216610738500>

